

**APROVADO  
PELO CONSELHO DIRETIVO DA  
APA, I.P.,**

no uso de competência subdelegada pelo  
Despacho do Secretário de Estado do  
Ambiente de 08/04/2025, exarado ao  
Documento de Autorização n.º 2/2025, de  
18/03/2025

Ministério do Ambiente e Energia  
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



**Caderno de Encargos**

EMPREITADA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL  
DAS PRAIAS DO CONCELHO DE ALMADA  
(COSTA DA CAPARICA E DE S. JOÃO DA CAPARICA) – 2025

P.AGREG 114/2024  
PA 114/2024.3

**Amadora, Julho de 2024**

Concurso Público  
(COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE)

EMPREITADA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL  
DAS PRAIAS DO CONCEHO DE ALMADA  
(COSTA DA CAPARICA E DE S. JOÃO DA CAPARICA) - 2025

CADERNO DE ENCARGOS  
Cláusulas Gerais  
Cláusulas Técnicas  
Anexos às Cláusulas Técnicas

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

## ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS .....	5
CAPÍTULO I .....	5
Objeto .....	5
Disposições por que se rege a empreitada .....	5
Regras de interpretação dos documentos que regem a empreitada .....	6
Esclarecimento de dúvidas .....	6
Projeto .....	6
CAPÍTULO II .....	6
SECÇÃO I .....	6
Preparação e planeamento da execução da obra .....	6
Plano de trabalhos ajustado .....	8
Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos .....	8
SECÇÃO II .....	9
Prazo de execução da empreitada .....	9
Cumprimento do plano de trabalhos .....	9
Multas por violação dos prazos contratuais .....	10
Atos e direitos de terceiros .....	10
Outros encargos do empreiteiro .....	10
SECÇÃO III .....	14
Informações preliminares sobre o local da obra .....	14
Condições gerais de execução dos trabalhos .....	14
Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção .....	15
Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra .....	15
Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção .....	15
Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção .....	16
Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção .....	16
Aplicação dos materiais e elementos de construção .....	16
Substituição de materiais e elementos de construção .....	17
Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra .....	17
Erros ou omissões do projeto e de outros documentos .....	17
Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro .....	17
Menções obrigatórias no local dos trabalhos .....	18
Ensaaios .....	18
Medições .....	19
Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados .....	19
Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra .....	19
SECÇÃO IV .....	20
Pessoal .....	20
Obrigações gerais .....	20
Horário de trabalho .....	20
SECÇÃO V .....	21
Contratos de seguro .....	21
Objeto dos contratos de seguro .....	21
Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	22
CAPÍTULO III .....	23
Preço e condições de pagamento .....	23
Adiantamentos ao empreiteiro .....	24
Reembolso dos adiantamentos .....	24
Caução .....	25
Descontos nos pagamentos .....	25
Mora no pagamento .....	25
Revisão de preços .....	26
CAPÍTULO IV .....	26
Representação do empreiteiro .....	27
Representação do dono da obra .....	27

Livro de registo da obra.....	28
CAPÍTULO V .....	28
Receção provisória.....	28
Prazo de garantia .....	28
Receção definitiva.....	29
Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução.....	29
CAPÍTULO VI .....	30
Deveres de colaboração recíproca e informação .....	30
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	30
Resolução do contrato pelo dono da obra.....	31
Resolução do contrato pelo empreiteiro .....	32
Foro competente .....	33
Comunicações e notificações.....	33
Contagem dos prazos .....	33
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	33
Objeto da Empreitada .....	33
Sinalização dos Trabalhos e Autorizações .....	34
Notas técnicas sobre a dragagem e sobre a alimentação artificial .....	35
Trabalhos não especificados.....	37
Remoção de materiais ou elementos de construção .....	37
Acompanhamento arqueológico.....	38
Crítérios de medição e pagamento .....	38
Mapa de trabalhos .....	39
Plano de Segurança e Saúde .....	39
Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição .....	40
Projeto.....	40
Cadastro das obras executadas .....	40
Fornecimento de dados à APL, S.A.....	41

## **ANEXOS ÀS CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Anexo A - Memória Descritiva e Peças Desenhadas

Anexo B - Mapa de Quantidades de Trabalho

Anexo C - Plano de Segurança e Saúde

Anexo D - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

Anexo E – Plano de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Anexo F – Modelo de Painéis de Sinalização

# CADERNO DE ENCARGOS

## PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

### CAPÍTULO I

#### Disposições iniciais

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### **Objeto**

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do concurso público para a realização da empreitada de **“Alimentação Artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025”**.

2 – A contratação será efetuada ao abrigo do CPV: 45243400-6 – Obras relacionadas com a consolidação de praias.

##### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### **Disposições por que se rege a empreitada**

1 – A execução do contrato obedece:

- a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos (doravante sempre designado por CCP), anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte, com objetivos de sustentabilidade ambiental nomeadamente dando preferência à utilização de equipamentos e tecnologias com redução de consumo de energia e de emissão de gases com efeito de estufa GEE (GHG).

2 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, as peças do procedimento, a proposta do empreiteiro e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

3 - Os diplomas legais e regulamentares a que se referem as alíneas do número anterior serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

4 – A fiscalização pode, em qualquer momento, exigir do empreiteiro a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Regras de interpretação dos documentos que regem a empreitada**

As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com o disposto no artigo 96.º do CCP.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### **Esclarecimento de dúvidas**

1 – As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 – No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução, não constituindo contudo razão para quaisquer prorrogações ou justificação de atrasos.

3 – O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### **Projeto**

1 – O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

2 – A elaboração do projeto de execução obedece aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP.

3 - Devem ser respeitadas as especificações técnicas relativas à execução da presente empreitada que se encontram prescritas nos elementos do Projeto incluído no presente procedimento concursal.

## **CAPÍTULO II**

### **Obrigações do empreiteiro**

#### **SECÇÃO I**

#### **Preparação e planeamento dos trabalhos**

### Cláusula 6.<sup>a</sup>

#### **Preparação e planeamento da execução da obra**

1 – O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o projeto de execução: o plano de segurança e saúde que vier a ser aprovado terá como base o plano de segurança e saúde, da responsabilidade do dono da obra, já patenteado nas peças do procedimento, o qual deverá ser revisto e adaptado pelo empreiteiro, constituindo, após aprovação pelo dono da obra, o plano de segurança e saúde para a fase de obra da presente empreitada;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 4 da presente cláusula.

2 – A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 – O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
  - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
  - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
- 4 – A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
  - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
  - c) A apresentação pelo empreiteiro das reclamações referente a erros e omissões, nos termos previstos nos n.º 3 e 4 do artigo 378.º do CCP;
  - d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
  - e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
  - f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
  - g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas e) e f);

- h) A elaboração pelo empreiteiro de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, da responsabilidade do dono de obra, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Plano de trabalhos ajustado**

- 1 – No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
- 2 – No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º-A do CCP o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
- 3 – O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
- 4 – O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
  - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
  - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
- 5 – O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

- 1 – O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias



a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 – Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra, um plano de trabalhos modificado.

4 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 – Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos números 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 10 dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

6 – Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

7 – Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

## **SECÇÃO II**

### **Prazos de execução**

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de execução da empreitada**

Os trabalhos da empreitada deverão iniciar-se na data fixada no respetivo plano e ser executados no prazo de prazo global de 60 (sessenta) dias, contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Cumprimento do plano de trabalhos**

1 – O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 – Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 – No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da cláusula 8.ª.

#### Cláusula 11.ª

##### **Multas por violação dos prazos contratuais**

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 - Se o empreiteiro não respeitar qualquer prazo parcial vinculativo fixado neste caderno de encargos, o dono da obra fica com a faculdade de, independentemente do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP, aplicar igualmente a multa diária estabelecida no ponto anterior.

3 – O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

#### Cláusula 12.ª

##### **Atos e direitos de terceiros**

1 – Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 – No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

#### Cláusula 13.ª

##### **Outros encargos do empreiteiro**

1 - Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão por conta do empreiteiro, que se considerará, para o efeito, o único responsável:

- a) O levantamento do estado de conservação dos edifícios e outras estruturas envolventes da obra, tendo em vista o registo das condições iniciais e a posterior avaliação de eventuais danos causados pela obra;
- b) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao adjudicatário e que não resultem da própria natureza ou conceção da obra, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em

consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos, nomeadamente;

- c) As despesas relativas à montagem e desmontagem do estaleiro são da responsabilidade do empreiteiro e constituirão preços contratuais unitários;
- d) Todas as despesas relacionadas com o estaleiro da empreitada, vedações temporárias e obras provisórias necessárias à execução da empreitada. As vedações do estaleiro deverão ser em chapa lacada a branco na frente e primário no verso, constituídas por painéis com 2 metros de largura por 2 metros de altura, ou, quando necessário, por razões de vento forte, substituídas por vedação em rede tipo Beckaert, ou equivalente;
- e) O reforço dos meios de ação necessários para recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
- f) Todas as despesas relacionadas com o estabelecimento, implementação e manutenção de Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho e a implementação de todas as medidas necessárias e previstas no Plano de Gestão Ambiental;
- g) Todas as licenças de obras necessárias à execução da empreitada;
- h) Todas as despesas referentes às interferências e manutenção do trânsito rodoviário e pedonal e os encargos respeitantes à sua sinalização e segurança, incluindo os projetos de sinalização que deverão ser previamente submetidos à apreciação da Fiscalização/ Dono de obra e aprovação pelas entidades competentes;
- i) Todos os trabalhos e obras provisórias necessários para proceder a desvios de trânsito, para restabelecimento de itinerários provisórios a vias rodoviárias interrompidas, que venham a verificar-se necessários à execução da empreitada, incluindo os projetos de desvio de trânsito e sinalização que deverão ser previamente submetidos à apreciação da Fiscalização/ Dono de Obra e aprovação pelas entidades competentes;
- j) Todas as indemnizações devidas a terceiros por prejuízos resultantes de rebentamentos de explosivos, levantamento de pó ou vibração de equipamento utilizados na execução dos trabalhos;
- k) A construção e manutenção das vias de circulação em obra dentro dos limites da empreitada em condições que permitam, também, a circulação dos equipamentos e trânsito do(s) empreiteiro(s) das restantes empreitadas, compatibilizados de forma a não haver prejuízos mútuos;
- l) A manutenção e reparação de todas as vias de comunicação públicas ou privadas que hajam sido comprovadamente afetadas em consequência dos trabalhos de construção das obras ou da circulação de máquinas ou de veículos com transportes de materiais para fornecimentos da obra, incluindo subempreiteiros ou fornecedores da mesma;
- m) Todas as operações de limpeza final da obra, bem como as de limpeza de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego da obra durante a execução dos trabalhos;

- n) A instalação e conservação dos painéis de identificação da empreitada nos locais indicados pelo Dono da Obra contendo as menções previstas no artigo 348.º do CCP.
- o) A realização de um vídeo para apresentação do projeto, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras. O vídeo enquadra-se na obrigação geral de reconhecer e garantir a visibilidade do financiamento da União Europeia. Sendo uma ação de comunicação para informar o público em geral, o vídeo deve ser apelativo e com informação clara, objetiva e atualizada. Seguidamente, apresentam-se as características que o vídeo deverá respeitar:
- i. Conteúdos - Apresentar a operação, no que consiste, quais os seus objetivos e quais os resultados esperados e/ou alcançados. Deve ser colocada a barra de cofinanciamento ao longo do vídeo, se possível, e antes da ficha técnica, acompanhada por referência verbal: “A operação «designação da operação» foi apoiada pelos(s) «designação do(s) programa(s) financiador(es)», pelo Portugal 2030 e pela União Europeia (UE). Os Fundos Europeus Mais Próximos de Si.”;
  - ii. Especificações técnicas
    - Duração: 1 a 5 minutos;
    - Formato: MP4;
    - Dimensão: 16:9;
    - Resolução: HD ou Full HD.

Sempre que o vídeo tenha narração, devem ser colocadas legendas e interpretação para linguagem gestual.

O vídeo principal deve ser acompanhado de uma versão resumo, com um máximo de 1 minuto, para divulgação em redes sociais, em formato vertical (1080 px × 1920 px), Este formato vai permitir difundir o vídeo da operação pelas diversas redes sociais do Portugal 2030, exponenciando o alcance da sua comunicação.

- iii. Direitos de autor - Os direitos de autor são cedidos às entidades que atribuíram o apoio e à UE, que poderão utilizá-lo para divulgar a operação e a aplicação dos fundos, sem custos associados. Isso inclui, por exemplo:
  - Divulgar o vídeo entre as instituições europeias e entidades dos Estados-membros;
  - Mostrar o vídeo – inteiro ou uma parte dele – em quaisquer situações e através de quaisquer meios de comunicação;
  - Distribuir o vídeo ao público;
  - Guardar o vídeo no arquivo de materiais usados para divulgar e promover os fundos da UE;
  - Autorizar outras entidades a usar o vídeo para divulgar os fundos europeus.

Todos os textos, imagens, vídeos ou sons utilizados no vídeo devem ter assegurados os respetivos direitos de autor. Assim, com o vídeo, deve entregar ao programa financiador uma declaração de cedência de direitos de autor do vídeo e de todas as suas componentes.

- p) Sob orientação e em estreita articulação da entidade adjudicante, o cocontratante é responsável por assegurar um conjunto de ações de comunicação, que devem ser sistematizadas através de um eficaz Plano de Comunicação, de forma a garantir o envolvimento dos diferentes e legítimos públicos - antes, durante e depois da intervenção. O Plano de Comunicação deve considerar a informação do apoio financeiro atribuído pelo Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030 e o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, nomeadamente a alínea d) do n.º 1, o n.º 2 e o n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, e também a "Estratégia de Comunicação do Sustentável 2030", "Regras de Comunicação para Beneficiários" e o "Manual de Normas Gráficas", disponibilizados no sítio da internet do Sustentável 2030, assegurando a inclusão das insígnias do Sustentável2030, do Portugal 2030 e da União Europeia.
- q) O cocontratante é responsável pela elaboração de um plano metódico de formulação construtiva de mensagens, sua difusão, suportes de transmissão e iniciativas regulares que permitam um acompanhamento transparente da execução da intervenção. Considerando os diferentes perfis dos interessados, e recorrendo a responsável/empresa especializada, devem ser garantidos, entre outros, as seguintes iniciativas:
- i. Conção de conteúdos para difusão de informação relativa, entre outros, ao programa de execução das obras à população (spots, animações digitais, cartazes, folhetos, outdoors/mupis);
  - ii. Criação e dinamização de 1 stand informativo e de atendimento ao público, em local a definir pela APA, I.P., sobre a operação, com plano regular de ações de informação para diferentes públicos (eleitos; jornalistas; ONG, agentes económicos), com atendimento ao público e incluindo visitas ao local;

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro as seguintes obrigações:

- a) Efetuar todas as diligências junto das entidades responsáveis pelos serviços afetados, quer públicos, quer privados, bem como as consultas, estudos, projetos e trabalhos, que se revelarem necessários, de modo a que sejam aprovados e executados a tempo de garantir que a empreitada decorra em conformidade com o programa de trabalhos.
- b) Proceder à identificação de todos os serviços afetados, na zona dos trabalhos e fazer todos os reconhecimentos necessários para determinar a verdadeira posição planimétrica e altimétrica e assinalá-los à superfície do terreno.
- c) É, igualmente, obrigação do empreiteiro efetuar todas as diligências junto das empresas concessionárias de serviços públicos e entidades competentes, de modo a que os ramais de ligação dos respetivos serviços sejam concluídos e licenciados em tempo oportuno.
- d) O empreiteiro é o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, que os trabalhos de execução da obra ou ação dos seus agentes ou operários, subempreiteiros, tafeiros, fornecedores e montadores possam causar, tanto ao pessoal como a terceiros e às outras empresas que trabalhem na mesma obra, bem como ao dono da obra e seus representantes.

- e) Para os efeitos da alínea anterior, deverá o empreiteiro apresentar à fiscalização, nos termos fixados neste caderno de encargos, o Plano de Segurança e Saúde, a que refere o art.º 11.º do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e, bem assim, indicar-lhe todos os elementos imprescindíveis à comunicação prévia a que se refere o art.º 15.º do mesmo diploma legal.
- f) O empreiteiro será o único a suportar o encargo de todos os acidentes, danos e estragos ou descaminhos causados a terceiros, por si, seus subempreiteiros, tarefeiros, fornecedores e montadores, durante a execução do Contrato, assim como de faltas, destruições ou deteriorações na obra ocasionadas, especialmente por roubo, má intenção, incêndios, exposições às intempéries, águas de qualquer natureza, tempestades, cheias, fenómenos atmosféricos devido a atuação inadequada na execução dos trabalhos ou falta de proteção.
- g) O empreiteiro é responsável pelas indemnizações e reparação dos prejuízos que, nos termos das alíneas b), c) e d), possam legitimamente ser exigidas ao dono da obra.
- h) O empreiteiro compromete-se a responder, pelo dono da obra, em todas as ações em que este seja demandado judicialmente por terceiros, em relação a prejuízos causados por atos do empreiteiro, sendo este totalmente responsável pelos danos morais e materiais que advenham do resultado do processo.
- i) O empreiteiro obriga-se a garantir a segurança dos trabalhadores, assim como das pessoas empregadas, a qualquer título, ou daquelas que, sendo estranhas ao estaleiro, aí se encontrem, a seu convite ou do dono da obra.

### **SECÇÃO III**

#### **Condições de execução da empreitada**

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Informações preliminares sobre o local da obra**

Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, o empreiteiro deve-se inteirar localmente das condições existentes de realização dos trabalhos referentes à empreitada.

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Condições gerais de execução dos trabalhos**

- 1 – A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.<sup>a</sup>
- 3 – Com exceção das areias a colocar nas praias, que têm proveniência exclusiva da mancha de empréstimo definida no projeto, e não podem ter qualquer outra origem, o empreiteiro pode propor ao dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos

no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção**

- 1 – Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
- 2 – Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
- 3 – No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
- 4- As eventuais referências a marcas de materiais, produtos ou equipamentos, são apresentados a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associado ao termo “do tipo” ou “equivalente”.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra**

- 1 – Com exceção das areias a colocar nas praias, que têm proveniência exclusiva da mancha de empréstimo definida no projeto, e não podem ter qualquer outra origem, se o dono da obra entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.
- 2 – O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

- 1 – Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.
- 2 – Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento

deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 – O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.

4 – A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5 – Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção**

1 – Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.

2 – A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 – Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção**

1 – Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.

2 – No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 – Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Aplicação dos materiais e elementos de construção**

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.



## Cláusula 22.<sup>a</sup>

### **Substituição de materiais e elementos de construção**

1 – Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

- a) Sejam diferentes dos aprovados;
- b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 – As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 – Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

## Cláusula 23.<sup>a</sup>

### **Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

## Cláusula 24.<sup>a</sup>

### **Erros ou omissões do projeto e de outros documentos**

1 – O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos.

2 – O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra.

3 – O dono da obra é responsável nos termos legais pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

4 – O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões do projeto de execução por si elaborado, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono de obra.

## Cláusula 25.<sup>a</sup>

### **Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro**

1 – Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 – Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 – Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono

da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete.

4 – Se da alteração aprovada resultar economia, sem decréscimo da utilidade, duração e solidez da obra, o empreiteiro terá direito a metade do respetivo valor.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1 – Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 – O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 – O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 – Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### **Ensaaios**

1 – Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 – Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3 – No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

4 – Todos os ensaios de rotina da responsabilidade do empreiteiro deverão ser efetuados em laboratórios acreditados para o efeito. No caso de os ensaios serem realizados em laboratório do empreiteiro e/ou fornecedores, As devidamente acreditados para o efeito, a fiscalização/dono de obra poderá de forma aleatória ordenar que alguns ensaios sejam realizados em laboratório oficial, devendo os respetivos custos serem suportados pelo empreiteiro.

5 - Todos os ensaios realizados na obra deverão ser efetuados por pessoal especializado e com equipamentos devidamente calibrados.

## Cláusula 28.<sup>a</sup>

### **Medições**

- 1 – As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
- 2 – As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao 8.º dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
- 3 – Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:
  - a) As normas definidas no projeto de execução;
  - b) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
  - c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
  - d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

## Cláusula 29.<sup>a</sup>

### **Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

- 1 – Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial e/ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados.
- 2 – No caso de o dono da obra vir a ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 3 – O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.
- 4 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que o diretor de fiscalização da obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

## Cláusula 30.<sup>a</sup>

### **Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

- 1 – O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 – Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

3 – Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 – No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

- a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra;
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

## **SECÇÃO IV**

### **Pessoal**

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações gerais**

1 – São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 – O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 – A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 – As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

#### **Horário de trabalho**

1 – O empreiteiro obriga-se a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor.

2 – O empreiteiro terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

3 – O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária,

nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

4 – Quando o empreiteiro, por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto neste caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, o dono da obra poderá exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custo das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.

## **SECÇÃO V**

### **Seguros**

#### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

##### **Contratos de seguro**

1 – O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exhibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.

2 – O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

3 – O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.

4 – Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

5 – Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.

6 – Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.

7 – O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

#### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

##### **Objeto dos contratos de seguro**

1 – O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de Acidentes de Trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se

encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 – O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de Mercadorias Transportadas sempre que sempre que, no âmbito da Empreitada, haja lugar a transporte de materiais e equipamentos que pelas suas características sejam considerados de especial risco, de e para a zona dos trabalhos, incluindo as operações de carga e descarga. A necessidade deste seguro será decidida caso a caso, por acordo entre o Empreiteiro e o Dono da Obra.

4 – O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de Exploração, que garanta eventuais danos emergentes dos trabalhos objeto do presente contrato, para cobertura das responsabilidades legais por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais resultantes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros, figurando como Segurado o Empreiteiro, todos os subempreiteiros, montadores e/ou tarefeiros, e o Dono da Obra.

5 – O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, incluindo equipamento marítimo, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

6 – No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

7– O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

8-O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil que contemple a responsabilidade ambiental que garanta a cobertura de riscos nos termos do Decreto-Lei 147/2008, de 29 de julho, e respetivas atualizações.

#### Cláusula 35.<sup>a</sup>

#### **Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1 – O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 – O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 – No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 – Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 34.<sup>a</sup>

5 – O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

### **CAPÍTULO III**

#### **Obrigações do dono da obra**

##### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

#### **Preço e condições de pagamento**

1 – Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total que constar da proposta, a qual não pode exceder os **€ 8.611.900,00 (oito milhões e seiscentos e onze mil e novecentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.

2 – Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto nas cláusulas 28.<sup>a</sup> e 63.<sup>a</sup>, com observância do disposto nos artigos 392.º e 393.º do CCP.

3 – Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias úteis após a apresentação da respetiva fatura.

4 – As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5 – Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.

6 – No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 – O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

8 – O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

9 – Os contratos sujeitos a fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas são eficazes e podem produzir todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3 do Artigo 17.º-A, da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, aditado pela Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro.

#### Cláusula 37.<sup>a</sup>

##### **Adiantamentos ao empreiteiro**

1 – O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do preço da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3 – Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 – A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

5 – Decorrido o prazo da execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o dono da obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

#### Cláusula 38.<sup>a</sup>

##### **Reembolso dos adiantamentos**

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

- a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = V_a * V_{pt} / V_t - V_{rt}$$

- b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = V_a * V'_{pt} / V_t - V_{rt}$$



em que:

$V_{ri}$  é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

$V_a$  é o valor do adiantamento;

$V_t$  é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

$V_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

$V'_{pt}$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

$V_{rt}$  é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

#### Cláusula 39.<sup>a</sup>

##### **Caução**

1 - Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada uma caução no valor de 5% do montante total do preço contratual.

2 – Quando o preço total resultante da proposta seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 10%, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do CCP.

#### Cláusula 40.<sup>a</sup>

##### **Descontos nos pagamentos**

1 – Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.

2 – O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

3 – O dono da obra deduzirá ainda nos pagamentos parciais a fazer ao empreiteiro:

- a) As importâncias necessárias ao reembolso dos adiantamentos e à liquidação das multas que lhe tenham sido aplicadas;
- b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

#### Cláusula 41.<sup>a</sup>

##### **Mora no pagamento**

1 – Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.

2 – O pagamento dos juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo dono da obra no prazo de 15 dias a contar da data em que tenham ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

Cláusula 42.<sup>a</sup>

### **Revisão de preços**

1 – A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de aplicação de fórmula polinomial:

2 – A revisão de preços obedece à seguinte fórmula:

$$CT = 0,30 St/So + 0,30 Mt22/Mo22 + 0,30 Et/Eo + d$$

na qual:

CT – é o coeficiente de atualização a aplicar ao montante sujeito a revisão, calculado com uma aproximação de seis casas decimais e arredondado para mais quando o valor da quarta casa decimal seja igual ou superior a cinco ou para menos no caso contrário;

ST – é o índice ponderado dos custos de mão-de-obra na zona onde a obra se integra, correspondente a este tipo de obra e relativo ao período a que respeita a revisão;

S0 – é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite para a entrega das propostas;

Mt22 – é o índice ponderado do custo de gásóleo, relativo ao período a que respeita a revisão.

Mo22 – é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para entrega das propostas.

Et – É o índice dos custos dos equipamentos de apoio relativo ao mês a que respeita a revisão.

Eo – É o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.

d – Representa a percentagem, na empreitada, das importâncias não abrangidas pela revisão, com aproximação às centésimas, considerando-se igual a 0,10.

3 – Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

## **CAPÍTULO IV**

### **Representação das partes e controlo da execução do contrato**

#### Cláusula 43.<sup>a</sup>

##### **Representação do empreiteiro**

- 1 – Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 – O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a qualificação nos termos da Lei n.º 40/2015, e com um mínimo de 5 anos de experiência em obras marítimas da mesma natureza.
- 3 – Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 4 – As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 5 – O diretor de obra acompanha os trabalhos e está presente em regime de permanência na obra.
- 6 – O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.
- 7 – Na ausência ou impedimento do diretor de obra, por motivo de força maior e com comunicação expressa ao dono de obra, o empreiteiro poderá ser representado por quem aquele indicar para esse efeito, com formação e experiência adequada, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 8 – O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea h) do n.º 4 da cláusula 6.<sup>a</sup>.
- 9 – O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

#### Cláusula 44.<sup>a</sup>

##### **Representação do dono da obra**

- 1 – Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 – O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 3 – O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para

resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.

#### Cláusula 45.<sup>a</sup>

### **Livro de registo da obra**

1 – O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, nos termos da Portaria n.º 1268/2008, de 06 de novembro, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 – Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os indicados neste caderno de encargos.

3 – O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

## **CAPÍTULO V**

### **Receção e liquidação da obra**

#### Cláusula 46.<sup>a</sup>

### **Receção provisória**

1 – A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 – No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 – O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

#### Cláusula 47.<sup>a</sup>

### **Prazo de garantia**

1 – O prazo de garantia das prestações efetuadas ao abrigo do contrato é de 1 (uma) semana, contado a partir da data de receção provisória, atendendo à natureza dos trabalhos (dragagens e deposição de areias sobre fundos móveis – praias arenosas) e tendo em conta a extrema instabilidade das praias a intervencionar que se encontram em alteração permanente devido à atuação da agitação marítima e às correntes de maré, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP.

2 – Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra

que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

3 – Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

4 – Durante o prazo de garantia o empreiteiro é obrigado a fazer, imediatamente e à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra nas condições previstas.

#### Cláusula 48.<sup>a</sup>

### **Receção definitiva**

1 – No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 – Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 – A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 – No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

5 – São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

#### Cláusula 49.<sup>a</sup>

### **Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

1 – Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 – Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

- 3 – No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.
- 4 – A liberação da caução promover-se-á nos termos do artigo 295.º do CCP.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 50.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de colaboração recíproca e informação**

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

#### **Cláusula 51.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

- 1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 – A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 3 – Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresse o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 4 – O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 5 – O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 6 – No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 7 – A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
- 8 – A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

### **Resolução do contrato pelo dono da obra**

1 – Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 – Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 – No caso previsto na alínea p) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 – A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

#### Cláusula 53.<sup>a</sup>

### **Resolução do contrato pelo empreiteiro**

1 – Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
- h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20 % do preço contratual;
- i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
  - i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
  - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20 % do preço contratual.

2 – No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 – O direito de resolução é exercido por via judicial.



4 – Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 54.<sup>a</sup>

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 55.<sup>a</sup>

### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 56.<sup>a</sup>

### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## **PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 57.<sup>a</sup>

### **Objeto da Empreitada**

1 - O objeto da empreitada consiste na execução da “Alimentação Artificial das praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica-2025”, através da extração e transporte de areias de empréstimo provenientes da mancha de empréstimo identificada no projeto, as quais serão colocadas diretamente, por repulsão, nas praias em causa, sendo os respetivos trabalhos definidos quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no projeto de execução e neste caderno de encargos.

2 – O projeto a considerar será o patenteado neste procedimento.

3 – As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada serão as deste caderno de encargos e as que eventualmente vierem a ser acordadas em face do projeto.

### **Sinalização dos Trabalhos e Autorizações**

1 – O Empreiteiro deverá executar todos os trabalhos de sinalização, que permitam alertar convenientemente as embarcações, pessoas ou viaturas que se desloquem nas proximidades, onde todos os trabalhos serão executados. Excetuam-se os trabalhos executados na mancha de empréstimo no canal da barra, que não serão alvo de assinalamento marítimo.

A execução da empreitada decorre com o normal funcionamento do porto de Lisboa, pelo que sendo local de dragagem o canal de navegação da principal entrada no Porto de Lisboa, não pode haver interferência com a navegação nem à circulação normal de navios, devendo por essa razão ser utilizado equipamento de dragagem que permita em simultâneo a circulação normal de navios, e terá de haver a devida articulação com a torre VTS do Porto de Lisboa para a execução dos trabalhos.

2 – O Empreiteiro obriga-se também a obter, quer relativamente à área a explorar nas zonas de empréstimo, quer aos locais de alimentação artificial, todas as autorizações necessárias, nomeadamente da Capitania do Porto de Lisboa.

3 – Com um mínimo de 48 horas de antecedência, o empreiteiro deverá comunicar à APL, através do endereço eletrónico [rramos@portodelisboa.pt](mailto:rramos@portodelisboa.pt), a data de início e de previsão do fim das dragagens.

4 – O empreiteiro fica obrigado a comunicar todas as movimentações do equipamento marítimo ao Control Lisboa/VTS.

5 – Todo o equipamento marítimo terá de estar equipado com: Sistemas de posicionamento por satélite, GPS, GLONASS ou GNSS, com correções diferenciais de código (DGPS) ou fase (RTK), em tempo real, que permitam o seu posicionamento com precisão nos locais de dragagem e de imersão; e Sistema AIS - Automatic Identification System, permitindo o reconhecimento automático dos equipamentos por parte do VTS Portuário de Lisboa e de outras embarcações.

6 – O Dono de Obra reserva-se o direito, por intermédio da sua Fiscalização de verificar o cumprimento rigoroso do estabelecido nos números anteriores, aprovando o colocado, ou obrigando a modificá-lo se não o considerar em condições de eficiência.

7 – Os dispositivos a adotar na sinalização e balizagem - refletorizados, luminosos ou iluminados devem ser sempre mantidos em bom estado de conservação.

8 – Serão de inteira responsabilidade do Empreiteiro quaisquer prejuízos que a falta ou deficiência de sinalização e balizagem possa ocasionar quer à obra quer a terceiros.

9 – Se o Empreiteiro não der integral cumprimento às ordens da Fiscalização e nos prazos que ela estabelecer, incorrerá nas responsabilidades e penalidades consignadas na Lei, sem prejuízo do dono da obra poder mandar executar por terceiros, por conta do empreiteiro, quaisquer trabalhos de sinalização e balizagem.

10 – Deverão ser salvaguardadas as condições de segurança de quaisquer utentes das praias a intervencionar, de banhistas e de surfistas e da navegação através da sinalização, delimitação e interdição das zonas de trabalhos e envolventes no plano de água, na praia e nas dunas, à exceção dos trabalhos executados na mancha de empréstimo no canal da barra, os quais não podem prejudicar a normal navegação neste canal.

11 – Não será efetuado qualquer pagamento específico relativo a estes trabalhos, entendendo-se que os encargos respetivos estão incluídos nos encargos gerais da empreitada.

#### Cláusula 59.<sup>a</sup>

##### **Notas técnicas sobre a dragagem e sobre a alimentação artificial**

Tendo em conta a Missão, a Visão e as Atribuições da APA, I.P., esta Agência deve dar o exemplo e fomentar, na execução deste tipo de obras, todas as boas práticas para assegurar a minimização dos impactos ambientais daí resultantes, bem como, dado que os trabalhos irão decorrer previsivelmente durante a época balnear de 2025, reduzir, ao máximo, os inconvenientes que a execução destes irão provocar nos utentes e nas suas atividades bem como na sua segurança.

Para esse fim, o Empreiteiro terá de obrigatoriamente ter em linha de conta os aspetos a seguir indicados, que são complementados com o previsto no projeto que se encontra anexo.

1 – Compete ao Empreiteiro estudar e submeter à aprovação prévia da Fiscalização os equipamentos e métodos construtivos que considere como os mais adequados para a realização da dragagem das zonas de empréstimo, transporte, bombagem e reperfilamento terrestre no local definitivo.

2 – O método de execução dos trabalhos de dragagem de areias, a não ser que outro venha a ser submetido e aprovado pela Fiscalização, resultará do emprego de uma draga de sucção e arrasto, que após o enchimento do porão na zona de empréstimo e de se deslocar até uma distância conveniente da zona a encher, efetuará a sua repulsão através de tubagem para a praia, devendo a draga estar fundeada durante a operação.

3 – A descarga de água durante as operações de dragagem só será viável se a draga estiver provida de equipamento de descarga pelo fundo e carece, sempre, de autorização específica da Fiscalização.

4 – Em cumprimento da Diretiva 2005/33/CE, de 6 de julho, e dos valores por esta estipulados e aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2010, o empreiteiro fica obrigado ao abastecimento das embarcações com combustíveis com teores de enxofre inferiores a 0,1%.

5 – Também relativamente aos equipamentos de dragagem (dragas) e de apoio:

- Será obrigatório a utilização de lubrificantes “biodegradáveis”, devidamente comprovados através de certificados dos respetivos fornecedores;
- Deverão cumprir os níveis de ruído e emissões atmosféricas (poeiras e gases) estabelecidos na legislação em vigor para este tipo de máquinas e motores;
- Serão sujeitos às operações de manutenção e revisão convenientes;
- Deverão estar dotados de meios de contenção imediata de quaisquer incidentes de poluição, em particular derrames a ocorrer durante a execução dos trabalhos.

7 – O comprimento da linha de repulsão deverá ser limitado a 1000 m, de forma a reduzir a segregação de materiais na repulsão, por forma a evitar que as praias após a alimentação fiquem muito pouco homogêneas em termos granulométricos. Evitando-se esta heterogeneidade granulométrica, implicará também que, após temporais, a praia

não seja “erodida” de forma diferenciada, o que promoveria a formação de “agueiros” que serão fonte de perigo para as utilizações balneares.

8 – Deverá ser limitada a interdição/impacto sobre a praia ao espaço entre esporões, ou, nas outras zonas, a áreas com um comprimento máximo de 350m.

9 – Deverão ser utilizados meios terrestres de reperfilamento das areias repulsadas de forma a reconstituir um perfil de duna e de praia.

10 – As técnicas de repulsão/deposição deverão reduzir, tanto quanto possível, a turvação da água.

11 – O Empreiteiro deverá inteirar-se de todos os elementos sobre as condições naturais relevantes para a operacionalidade dos sistemas e para a programação dos trabalhos, assumindo inteiramente a responsabilidade pelas hipóteses de base que admitiu na elaboração da sua proposta, nomeadamente a nível de:

- Estados do mar (agitação, ventos, marés, correntes, nevoeiros);
- Robustez e condições de operacionalidade dos equipamentos flutuantes e terrestres;
- Interrupções de trabalho associadas ao estado do mar;
- Perfis de praia existentes no início e durante a execução dos trabalhos;
- Constituição mineralógica, composição, granulometria, profundidades dos sedimentos a explorar;
- Restrições impostas pela autoridade portuária e outras associáveis à realização da dragagem das zonas de empréstimo;
- Equipamentos e metodologia da dragagem das zonas de empréstimo, de deposição de sedimentos e de reperfilamento da praia;
- Rendimentos.

12 – Quinzenalmente o Empreiteiro deverá submeter a atualização do Programa detalhado de execução, indicando as áreas de intervenção e os meios e processos de trabalho a empregar.

13 – O Empreiteiro deverá assegurar que o andamento dos trabalhos se processe sem atrasos em relação ao plano de trabalhos aprovado.

14 – Semanalmente o Empreiteiro apresentará à Fiscalização um plano com a indicação das zonas que serão ocupadas pelos equipamentos de colocação de areia na praia, para as operações da semana seguinte.

15 – O Empreiteiro deverá articular com a Fiscalização, sempre que esta solicitar, a ida a bordo de um seu representante, a fim de verificar o processo de atuação, imediatamente após o enchimento do porão, a quantidade e o destino do material (alimentação das praias ou depósito em local de imersão) e do Coordenador de Segurança em Obra, a fim de verificar se as medidas preventivas de segurança estão a ser aplicadas.

16 – Todos os obstáculos e objetos que forem encontrados na zona de dragagem das zonas de empréstimo, tais como poitas, âncoras, cabos, redes, etc., serão removidos a expensas do Empreiteiro e sem que tal facto possa ser invocado para se proceder à alteração do prazo contratual.

17 – O Empreiteiro, durante a realização dos trabalhos, ficará sujeito ao cumprimento de todas as boas regras internacionais e legislação aplicável, para além de todas as disposições dimanadas das entidades competentes, nomeadamente da Capitania. O

Empreiteiro disporá de uma embarcação de salvamento, devidamente equipada para esse efeito. A tripulação dessa embarcação terá experiência comprovada, e estará habilitada para a prestação de primeiros socorros.

18 – Se vierem a ocorrer danos ou interferências em relação a outros serviços, instalações e infraestruturas, ou a terceiros, motivados pelos equipamentos e processos de trabalho adotados, cabe ao Empreiteiro a responsabilidade pela reparação e, ou, indemnização dos danos verificados.

19 – Os locais de lançamento das areias são, genericamente, os seguintes:

- Nas praias indicadas no projeto, com enchimento a partir da obra aderente ou da duna para o lado do mar;
- Se o material não reunir condições para executar a alimentação artificial das praias, será colocado no mar, em local de imersão situado numa área do talude noroeste do Cachopo Norte, cujas coordenadas planimétricas PT-TM06/ETRS89 são:

1.(106474; 110556)

2.(106162; 110805)

3.(107317; 112087)

4.(107666; 111847)

20 – A APA, I.P. admite a possibilidade das intervenções constantes desta empreitada, e que dizem respeito à execução da alimentação artificial, serem efetuadas 24 horas por dia e durante os 7 dias da semana.

21 – Na execução da obra deverá ser evitado ao máximo a circulação de equipamento no passeio marítimo, dado a constituição do seu pavimento. O adjudicatário será responsável pela reparação de eventuais danos causados no mesmo.

Cláusula 60.<sup>a</sup>

### **Trabalhos não especificados**

Todos os trabalhos especificados, ou não, no presente Caderno de Encargos, que forem necessários para o cumprimento da empreitada, serão executados com perfeição e solidez, tendo em vista os regulamentos, normas e demais legislação em vigor, bem como as instruções da Fiscalização.

Cláusula 61.<sup>a</sup>

### **Remoção de materiais ou elementos de construção**

1 – O empreiteiro, no prazo máximo de 15 dias a contar da data de conclusão da empreitada, terá de remover do local dos trabalhos os restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamentos, redes de vedação e tudo o mais que tenha servido para a sua execução.

2 – Quando a Fiscalização verificar que as obras tenham sido concluídas, e que por motivos de facilitar acessos ou evitar incómodos em terceiros, seja conveniente proceder à remoção dos mesmos elementos do local em causa, deverá dar a respetiva

ordem de limpeza. O empreiteiro disporá de 10 dias para a realização da mesma, ao fim dos quais o Dono da Obra poderá mandar executar esse trabalho por terceiros, sendo o respetivo custo da responsabilidade do empreiteiro e a deduzir na situação de trabalhos imediatos.

#### Cláusula 62.<sup>a</sup>

##### **Acompanhamento arqueológico**

1 – O empreiteiro deverá contratar arqueólogo e promover o acompanhamento arqueológico, incluindo todos os trabalhos necessários com a execução de relatório a submeter às entidades competentes).

#### Cláusula 63.<sup>a</sup>

##### **Crítérios de medição e pagamento**

1 – Serão realizados levantamentos hidrográficos da mancha de empréstimo, um antes do início dos trabalhos (inicial), três durante a realização dos trabalhos (intermédios de periodicidade quinzenal) e um após a conclusão dos trabalhos (final). Estes levantamentos hidrográficos, a contratar pela APA, I.P., terão de ser realizados pela mesma empresa, independente do empreiteiro, e certificada pelo Instituto Hidrográfico para o exercício de atividades de produção de cartografia hidrográfica.

2 – Os volumes dragados fora das condições indicadas nas Especificações Técnicas para a dragagem que constam do Anexo A, incluídas as tolerâncias, não serão considerados para pagamento.

3 – O empreiteiro não está autorizado a dragar fora dos limites da área de dragagem indicados no levantamento hidrográfico realizado antes da dragagem.

4 – A medição dos volumes para efeitos de cálculo do valor total a pagar será feita a partir de diferença entre superfícies geradas dos levantamentos hidrográficos inicial e final da mancha de empréstimo, por software específico, atendendo às condições específicas do projeto de dragagem, e suportado por relatório técnico, para efeitos de faturação.

5 – Apenas para efeitos de faturação parcelar, será usado o volume calculado a partir dos levantamentos hidrográficos inicial e 2.º intermédio da mancha de empréstimo. No final será efetuado o acerto de acordo com o indicado no ponto 2.

6 – Salvo se as condições meteorológicas o impedirem, o levantamento posterior à dragagem será efetuado dentro de um período de 8 dias contados a partir da comunicação pelo adjudicatário da conclusão dos trabalhos.

7 – Para efeitos de monitorização das praias alimentadas, serão também efetuados três levantamentos topo-hidrográficos (inicial, intermédio e final), ou seja: um antes, outro um mês após o início dos trabalhos, e um outro após a execução da alimentação. Estes

levantamentos topo-hidrográficos serão também contratados pela APA, I.P. a uma empresa da especialidade, independente do empreiteiro, e certificada pelo Instituto Hidrográfico para o exercício de atividades de produção de cartografia hidrográfica.

8 – Os preços de aplicação da Lista de Preços Unitários deverão compreender: todas as despesas de mão-de-obra, instalações, seguro, assistência do pessoal, fornecimento, transporte, aplicação e colocação de materiais; fornecimento, transporte, montagem e desmontagem, exploração, conservação, amortização e reparação dos equipamentos, máquinas e utensílios; encargos de capital, despesas gerais de administração, e todas as condições e sujeições particulares de execução, nomeadamente as que resultem da necessidade de atuar de acordo com outros empreiteiros ou fornecedores; levantamentos topohidrográficos próprios para aferir os perfis de enchimento constantes do projeto; obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias em articulação com as entidades competentes.

9 – Consideram-se incluídas nas designações das bases de preços que constituem a Lista de Preços, todas as despesas a efetuar com o esgoto das águas de infiltração, assim como das águas que seja necessário bombear ou desviar durante as obras.

10 – O empreiteiro emitirá, em nome da APA, I.P. e da APL, S.A. faturas suportadas nos documentos comprovativos dos trabalhos realizados. As faturas a emitir terão unicamente como base o volume apurado pelo método descrito nos números 2, 3 e 4 desta cláusula.

#### Cláusula 64.<sup>a</sup>

##### **Mapa de trabalhos**

1 – No Anexo B a estas Cláusulas Técnicas, indicam-se as quantidades prováveis de trabalho necessárias, as quais multiplicadas pelos preços unitários apresentados conduzem ao valor total da proposta.

2 – Os preços unitários incluirão todas as operações impostas por este Caderno de Encargos, bem como todos os trabalhos acessórios e complementares com vista à total e perfeita execução dos trabalhos a que se referem.

#### Cláusula 65.<sup>a</sup>

##### **Plano de Segurança e Saúde**

1 – Na execução dos trabalhos atender-se-á às normas de segurança constantes do Plano de Segurança e Saúde para a obra, elaboradas de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

2 – Assim, o empreiteiro deve desenvolver e especificar o plano de segurança e saúde em projeto (constante do Anexo C deste Caderno de Encargos) de modo a complementar as medidas previstas, tendo nomeadamente em conta:

- a) As definições do projeto e outros elementos resultantes do contrato com a entidade executante que sejam relevantes para a segurança e saúde dos trabalhadores durante a execução da obra;

- b) As atividades simultâneas ou incompatíveis que decorram no estaleiro ou na sua proximidade;
- c) Os processos e métodos construtivos, incluindo os que exijam uma planificação detalhada das medidas de segurança;
- d) Os equipamentos, materiais e produtos a utilizar;
- e) A programação dos trabalhos, a intervenção de subempreiteiros e trabalhadores independentes, incluindo os respetivos prazos de execução;
- f) As medidas específicas respeitantes a riscos especiais;
- g) O projeto de estaleiro, incluindo os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e as instalações sociais;
- h) A informação e formação dos trabalhadores;
- i) O sistema de emergência, incluindo as medidas de prevenção, controlo e combate a incêndios, de socorro e evacuação de trabalhadores.

3 – O Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra deve corresponder à estrutura indicada no anexo II do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e ter juntos os elementos referidos no anexo III do mesmo diploma legal.

4 – O subempreiteiro pode sugerir e a entidade executante pode promover soluções alternativas às previstas no Plano de Segurança e Saúde em projeto, desde que não diminuam os níveis de segurança e sejam devidamente justificadas.

5 – Antes de se proceder à consignação dos trabalhos da empreitada, o adjudicatário deverá previamente, submeter à aprovação da APA, I. P. o respetivo Plano de Segurança e Saúde para a obra.

#### Cláusula 66.<sup>a</sup>

##### **Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição**

O empreiteiro deverá efetuar o desenvolvimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição do projeto, constante do Anexo D deste caderno de encargos e concretizar a sua implementação em obra.

#### Cláusula 67.<sup>a</sup>

##### **Projeto**

O Anexo A a estas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos constitui o projeto da obra a executar.

#### Cláusula 68.<sup>a</sup>

##### **Cadastro das obras executadas**

1 – O empreiteiro fornecerá à Fiscalização um registo fotográfico das várias fases dos trabalhos (antes, durante e após a conclusão dos trabalhos) o qual constituirá o respetivo cadastro de cada atuação efetuada.



2 – O empreiteiro deverá ainda efetuar e fornecer um registo fotográfico aéreo das praias objeto da alimentação artificial, o qual deverá ser realizado imediatamente antes e após a conclusão dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 69.<sup>a</sup>

### **Fornecimento de dados à APL, S.A.**

Concluída a dragagem, e num prazo não superior a 3 semanas, constituirá obrigação do empreiteiro o fornecimento, à APL, S.A., de um Relatório Final que contenha os seguintes elementos:

- Data e hora do início e da conclusão de trabalhos para cada equipamento envolvido na dragagem;
- Horário de trabalho praticado;
- Indicação de todos os ciclos de dragagem, onde conste horas e datas de início e fim de cada ciclo.

Estes dados deverão ser fornecidos em duplicado, ficando um exemplar na fiscalização da empreitada e o outro remetido para a APL, S.A. para o endereço eletrónico [r.amos@portodelisboa.pt](mailto:r.amos@portodelisboa.pt).